

MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA

Jorge Carvalho ARROTEIA
Investigador do CEPESE

Recibido: 03/03/2011
Aceptado: 22/06/2011

RESUMO: A análise das migrações internas e internacionais testemunha as diferenças do desenvolvimento territorial e social português bem como a existência de diversos factores de atracção-repulsão no país e além-fronteiras. Traduzidas por perdas constantes da população em certas áreas do território, a sua persistência testemunha a procura de melhores condições de vida fora das áreas de origem e são geradoras de novos fenómenos sociais e culturais extensivos a toda a sociedade. Para tanto têm igualmente contribuído a chegada de novos habitantes – imigrantes – oriundos de outros continentes que procuram nos limites da velha Europa mediterrânica, o refúgio concedido pelos magros sistemas económicos e sociais que asseguram a sobrevivência destas sociedades.

PALAVRAS CHAVE: Portugal, emigração, imigração, despovoamento, desenvolvimento.

MIGRATION AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT: A GEOGRAPHICAL APPROACH

ABSTRACT: The analysis of internal and international migration witness the differences in territorial development and social Portuguese and the existence of several factors of attraction-repulsion in the country and across borders. Translated by a constant loss of population in certain areas of the territory, their persistence testifies the demand for better living conditions outside the areas of origin and are generating new social and cultural phenomena extend to the whole society. Both have also contributed to the arrival of new residents – immigrants – from other continents seeking the limits of the old Mediterranean Europe, the refuge provided by the meager economic and social systems that ensure the survival of these societies.

KEY WORDS: Portugal, emigration, migration, depopulation, development.

APRESENTAÇÃO

A apreciação das migrações no contexto ibérico revela aspectos comuns destes movimentos em relação às saídas para o continente sul-americano e para a Europa bem como à imigração que se intensificou nos dois países no decurso das últimas décadas do século XX. Apesar destas migrações internacionais, Portugal e Espanha têm igualmente vindo a registar movimentos internos da sua população em direcção aos principais centros urbanos e bacias

de emprego, o que tem agravado o despovoamento de áreas rurais já de si afectadas pela estrutura envelhecida dos seus habitantes e pela fragilidade das actividades produtivas.

O texto presente apresenta uma súmula destes movimentos em Portugal. Recorda como a sua expressão recente tem continuado a afectar o crescimento económico do país, contrariando as perspectivas de um desenvolvimento natural e sustentado, em particular das áreas mais afectadas pela emigrao e pelas migraes internas da populao portuguesa.

I. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO

O estudo dos movimentos da populao em Portugal - migraes internas, emigrao e imigrao -, tem sido objecto de diversas análises cuja descrio não cabe no âmbito desta comunicao. Contudo pela sua relevância e evoluo ao longo do tempo, devemos atender a alguns dos seus aspectos que permitem compreender a sua relao com o desenvolvimento do país e o interesse da sua abordagem interdisciplinar.

Como cenário destes fenómenos temos o espaço geográfico, entendido por H. ISNARD (1982, 167), como um "sistema que é incontestavelmente um conjunto de elementos em interaco". Trata-se de uma noo baseada nos ensinamentos de Ludwig VON BERTALANFFY (1974) sobre a noo de "sistema", aplicada desta vez  realidade física e social do território onde estão inscritas marcas do sistema de povoamento, dos processos de desenvolvimento territorial e das suas interaces mútuas. Daí decorrem movimentos demográficos complexos (naturais e migratórios) e testemunhos de formas de organizao social e espacial que realçam diferentes estdios do processo civilizatório.

Evocamos a noo do próprio conceito de desenvolvimento, entendido como a ao de diferentes contributos e factores que nos permitem apreciar o "crescimento orgânico e harmonizado" (BIROU, 1978, 110), num contexto mais vasto que promova o "progresso económico (...) ao serviço de um progresso social e humano" generalizado. Ainda assim o enunciado teórico referente ao "desenvolvimento de cada homem e de todos os homens" (PERROUX, 1987, 34), deve ser feito no quadro alargado das relaes espaciais - no qual se inscrevem os fenómenos sociais - e no âmbito mais restrito da actividade humana em estreita ligao com a sociedade. Embora pertinentes estas consideraes não escondem a discussão proposta pelo mesmo autor (*op. cit.*, 13) acerca do significado, por vezes ambíguo, do próprio conceito de desenvolvimento.

Alerta-nos este autor para o facto deste ser, ao mesmo tempo, "a acção de desenvolver e o que daí resulta" (*loc. cit.*). Por isso defende uma análise de natureza "epigenética", que advém da complexificação crescente da própria sociedade e da interacção constante dos actores com o seu meio, dos organismos com os agentes que lhe são estranhos e dos processos com os seus resultados. Daqui decorre que ao reflectirmos sobre o significado de certos indicadores económicos e sociais escolhidos para identificarem um determinado estágio de crescimento económico e social que acompanham o processo de desenvolvimento, nos interroguemos sobre a sua origem e significado, sobre os resultados gerais de produção, sobre a evolução das actividades económicas no seu conjunto e sobre os reflexos desta acção sobre as condições de vida e o bem-estar da população.

Com em tempo assinalou BIROU (1978, 94), se o "aumento progressivo e contínuo da produção nacional" permite obter informações acerca da "receita nacional" ou do "aumento quantitativo de bens e de serviços" (*op. cit.*, 95), tal deverá ser acompanhado de transformações visíveis do tecido produtivo nas suas relações com a própria sociedade. Estas transformações devem ser visíveis na melhoria global dos indicadores macro-económicos - tais como o produto nacional bruto, o rendimento 'per capita', as taxas de emprego e de produtividade, a energia consumida, etc. - e em mudanças estruturais que melhorem as condições de vida da população no seu conjunto. Igualmente será de esperar que estas modificações se repercutam ao nível do funcionamento das instituições políticas, sociais e económicas, gerando as sinergias necessárias a qualquer processo de inovação e de "expansão da actividade dos homens em relação aos homens, pela troca de bens ou de serviços e pela troca de informação e de símbolos" (PERROUX, 1987, 56).

Não esqueçamos que estas transformações traduzem processos complexos responsáveis por alterações estruturais profundas, que geram modificações ao nível dos "comportamentos e das mentalidades" (BIROU, 1978, 94), dos papéis sociais e das formas de desempenho, com resultados extensivos a toda a sociedade. É desta forma que podemos encarar os fenómenos relativos ao crescimento e ao desenvolvimento sócio-económico, particularmente os que têm a ver com as assimetrias espaciais, os movimentos da população e os fenómenos de expressão urbana, isoladamente e na sua relação com os demais fenómenos sociais e espaciais. Por isso, recorda PERROUX (1987, 56-58), que as transformações relativas aos processos de desenvolvimento devem ser estudadas numa perspectiva sistémica, ao nível:

- ✓ da articulação das partes num todo, que é o sistema social, e da articulação dos diferentes subconjuntos em redes estabelecidas;

- ✓ da acção e da reacção dos diferentes sectores entre si, favorecendo uma regulação sistémica e dialéctica;
- ✓ do aproveitamento dos recursos humanos, por acção da existência de estruturas de acolhimento e da acção de agentes mais capazes e competentes.

Daqui decorre que toda e qualquer desigualdade do desenvolvimento sócio-económico, arraste consigo resultados distintos e progressos diferenciados transformando frequentemente as hierarquias tradicionais em hierarquias renovadas que garantam, para além do desenvolvimento económico, o desenvolvimento pessoal e dos valores da própria sociedade (PERROUX, 1987, 72). Esta é uma matéria que importa assinalar tendo presente a realidade portuguesa, que no decurso da última metade de Novecentos registou alterações muito significativas no domínio das migrações internas e internacionais, objecto de diferentes estudos de natureza multidisciplinar.

Tendo presente a situação em Portugal algumas dificuldades se levantam, no entanto, à apreciação deste tema:

- ✓ quanto às migrações internas, o seu conhecimento ser possível através do registo dos censos da população que contém informações sobre os movimentos de mudança de residência dos habitantes;
- ✓ quanto às migrações internacionais, pelo facto da mobilidade de cidadãos no seio dos países da UE27 ser considerada como um elemento estruturante do espaço político da União Europeia, sendo por isso difícil de quantificar, salvo quando da realização dos respectivos censos demográficos.

No caso da imigração estrangeira no seio da UE27, é possível seguir a sua evolução e tendências, tendo presente o registo dos dados estatísticos de organismos oficiais. Carecem, no entanto, de melhor correcção os dados dos movimentos temporários relacionados com a situação do mercado de emprego e os movimentos de natureza política, tais como o de refugiados, exilados e outras situações causadas por mudanças de regime, motivos étnicos e religiosos.

Mesmo assim as migrações adultas e de trabalho devem ser analisadas em função da relação oferta-procura de mão-de-obra nas regiões de origem e nos locais de destino dos fluxos migratórios e na sua relação com o emprego e bem-estar social, traduzido em diversos indicadores económicos e de riqueza. Interessa contudo atender à sua relação com o desenvolvimento sustentável, definido no relatório de BRUNDTLAND (1987), como “o conjunto de processos e atitudes que atende às necessidades presentes sem comprometer

a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades”. Esta é uma questão que só pode ser devidamente apreciada através do recurso a indicadores vários de natureza estatística relacionados com o desenvolvimento humano e por estudos específicos e de natureza comparada relacionados com a sustentabilidade física, ambiental e social.

Recordando os movimentos migratórios gerais e em particular as migrações peninsulares, estes podem ser estudados de forma síncrona e comparada, processo que é válido para numerosos outros países situados no mesmo quadro geográfico da bacia do Mediterrâneo, cujas semelhanças com fenómeno migratório português nos faz recordar a similitude de ambientes geográficos naturais, sócio-culturais e económicos, que dominaram as condições de desenvolvimento das civilizações estabelecidas nesta área. De forma global reconhecemos que sua evolução e ocorrência num “quadro geográfico” preciso (ARROTEIA, 1986, 37), que permite distinguir dois tipos fundamentais de movimentos: as migrações “internas” e as migrações “além-fronteiras”, separando neste caso as migrações “transoceânicas” e as migrações “intra-europeias”. Na história das migrações elas correspondem a processos distintos do crescimento das nações e do aproveitamento dos seus recursos geográficos.

Sem pretendermos repetir o que outros autores escreveram sobre estes fenómenos ou sobre as suas relações com a demografia portuguesa (Ex: NAZARETH, 1988-a. e 1988-b.), assinalamos que a persistência dos movimentos da população não se deverá reduzir ao estudo da emigração, mas deve atender igualmente aos movimentos internos da população e à imigração estrangeira em Portugal. Esta apreciação tem em conta um quadro geográfico e os limites territoriais identificados pela fronteira do Estado português. Daí a construção tipológica baseada nestes limites de natureza política, ou seja, na “linha imaginária, expressa cartograficamente, que marca os limites do território de um Estado, resultante de negociações, tratados, explorações ou conquistas” (SOUSA, 2008, 88).

Novamente o recurso ao critério geográfico permite-nos identificar estes movimentos num quadro natural mais vasto, entre continentes, tais como as migrações intra-europeias e as migrações transoceânicas. Resultam de factos históricos conhecidos e de fenómenos de natureza económica associados ao povoamento de novos espaços, à exploração das suas riquezas naturais e ao processo de crescimento económico baseado na evolução das suas actividades e nas necessidades de recrutamento da população. Recordamos alguns aspectos destes movimentos.

II. MIGRAÇÕES INTERNAS

O estudo das migrações internas em Portugal, não sendo uma preocupação recente, tem sido realizado segundo perspectivas distintas da Geografia ou da História. Neste caso, O. MARQUES (1976.I) evoca frequentemente as “clareiras demográficas” registadas no continente português após a Reconquista e os movimentos da população entre o Norte e o Sul que se seguiram, com o objectivo de povoamento destas terras. Entre os primeiros, recordamos a caracterização dos movimentos internos da população, de A. GIRÃO (1941), relacionados com o fenómeno de “urbanismo” (*op. cit.*, 299), com as tarefas agrícolas e as “migrações periódicas” (*op. cit.*, 302) e com a “colonização interna” (*op. cit.*, 305).

Em trabalho mais especializado, GIRÃO e VELHO (1948) servindo-se dos elementos recolhidos no “VIII Recenseamento Geral da População” analisaram, por períodos decenais, a variação dos não naturais de outros concelhos do mesmo distrito e de outras naturalidades em cada um dos concelhos do continente, no período de 1890 a 1940. A análise em causa permitiu definir, para cada um desses períodos, os principais centros de atracção e de repulsão populacionais. Ao mesmo tempo aponta algumas das causas justificativas desse comportamento. Estes autores registam duas manchas de maior densidade humana, as bacias inferiores do Tejo e Sado e toda a região alentejana vizinha, bem como a “zona mais reduzida em extensão mas não menos importante do Douro litoral” (*op. cit.*, 12). Outra afirmação diz respeito à constatação do movimento da população por “escalas” - à semelhança do que havia observado Ravenstein - desde os centros de menor importância, para outros de maiores dimensões através da passagem por locais de tamanho intermédio.

O mesmo assunto foi tratado por O. RIBEIRO (1955) na sua Geografia de Portugal. Refere-se este autor aos “movimentos da população” (*op. cit.*, 116), sobretudo de trabalhadores entre as diferentes regiões do país, em diversas épocas do ano e ao fenómeno do “povoamento do Sul” do território (*op. cit.*, 119), com habitantes oriundos da sua parte setentrional.

Em data posterior, A. ALARCÃO (1964) tendo em vista a determinação, “em termos quantitativos, do êxodo rural e do afluxo urbano” (*op. cit.*, 511), analisa a dimensão dos movimentos da população, avaliando o poder de atracção e de repulsão demográfica das várias unidades administrativas do continente, à escala do concelho. O período de análise centra-se nos anos compreendidos entre 1920 e 1960, período para o qual o autor analisou os valores de atracção e de repulsão, através da conjugação das variações absolutas da população com os referidos saldos fisiológicos, calculados anual-

mente. Os resultados do estudo permitem reconhecer como os movimentos da população, entre os concelhos do nosso território, constituem indicadores valiosos do estado das "economias regionais" e do próprio desenvolvimento económico nacional, responsáveis por estes tipos de movimentos.

Esta preocupação mereceu a atenção de outros autores, nomeadamente de BAPTISTA e MONIZ (1985), que para o período referente ao decénio seguinte (1973-1981), procederam a um estudo semelhante. Seguindo metodologias diferenciadas e tendo também por base unidades administrativas distintas - no primeiro caso, o concelho e no segundo, o distrito - estes trabalhos acentuam a aceleração dos processos de "urbanização" e de "industrialização" de certas áreas litorais do continente português, que conduzem à intensificação dos fenómenos de atracção e de concentração demográficas. É o que tem sucedido nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, na península de Setúbal e noutros pólos urbano-industriais de desenvolvimento mais recente, como Aveiro e Braga, distritos que têm funcionado como centros de fixação preferidos pelos habitantes, jovens e adultos, de outros locais do território.

Neste estudo (*op. cit.*, 15), regista-se que esta distribuição é espacialmente assimétrica beneficiando os distritos do litoral onde se concentram as maiores oportunidades de emprego ditadas pelas estruturas económicas dominantes. A análise dos fluxos migratórios registados na década de setenta, mostram que apenas cinco dos dezoito distritos do continente: Setúbal, Lisboa, Faro, Aveiro e Porto registaram um saldo positivo das migrações internas. Pelo contrário, os distritos mais afectados pelas perdas de habitantes foram os do interior norte e centro do país e os do Alentejo ou seja as áreas do país igualmente reconhecidas como detentoras da menor capacidade e dinamismo demográfico, económico e social.

Relativamente à composição destes movimentos por grupos etários, este último trabalho permite verificar a importância da saída dos jovens-adultos e dos adultos, dos seus distritos de origem. Trata-se de um fenómeno que não sendo novo na história das migrações portuguesas, atesta a forte hemorragia demográfica e social particularmente sentida nas áreas menos desenvolvidas do território e o forte "êxodo rural" que tem alimentado o crescimento das grandes urbes. Mais ainda, comprova a origem e as numerosas saídas para o estrangeiro responsáveis pela evolução do fenómeno emigratório e pelo aumento das comunidades de portugueses residentes, há várias décadas, em diversos pontos do globo. Estes, alguns exemplos de estudos que através dos movimentos migratórios evidenciaram os contrastes de desenvolvimento sócio-económico de um país, estruturalmente marcado pelo fenómeno das migrações.

A apreciação de outros indicadores recentes relacionados com a extensão dos movimentos migratórios no território português, permite concluir que nas datas dos últimos recenseamentos o montante de cidadãos nacionais residentes em cada um dos distritos do continente, naturais desse mesmo distrito, era bastante reduzido, principalmente em Lisboa e Setúbal. Tal facto comprova o que anteriormente foi assinalado quanto à capacidade destes pólos atraírem habitantes doutras regiões limítrofes e de todo o território nacional. Como primeira justificação assinalamos as diferentes oportunidades de emprego criadas em torno destas áreas, fazendo supor índices mais elevados de bem-estar e de desafogo económico das suas populações. Esta situação igualmente poderá justificar os movimentos de fixação dos habitantes residentes nas antigas colónias de África ou pelo movimento de regresso de emigrantes portugueses residentes na Europa, na América e noutros continentes para onde se têm dirigido os nossos compatriotas.

Os dados do recenseamento de 1991 relacionados com a expansão deste movimento entre 1985 e essa data, continuam a evidenciar a atracção crescente das áreas mais densamente urbanizadas, em detrimento das regiões interiores. Com efeito foram as NUTIII do Grande Porto, da Península de Setúbal e da Grande Lisboa, que em 1991 registaram as maiores percentagens de indivíduos provenientes de outros concelhos, respectivamente de 6,16%, 8,75% e 8,79%. Tal facto é um mal endémico da sociedade portuguesa e acentua as fragilidades do planeamento sócio-económico, uma vez que tal situação tem continuado a agravar-se durante as últimas décadas. Isso o confirma o recenseamento de 2001 ao registar que dos 9,8 milhões de habitantes residentes no Continente, cerca de 85,5% não havia alterado a sua residência entre 31.12.1995 e 12.03.2001. Dos que o haviam feito, cerca de $\frac{3}{4}$ eram naturais de outro concelho e os restantes (235633 indivíduos), eram provenientes do estrangeiro.

Estas razões levam-nos a pensar no agravamento das tendências demográficas já referidas: o despovoamento crescente de largas áreas do interior e da faixa central do território, bem como a “litoralização” acentuada da faixa atlântica, de Braga a Setúbal e do litoral algarvio. Esta situação comprova a perda crescente de habitantes em certas áreas do território; o êxodo rural; a concentração urbana e o acentuar das assimetrias espaciais e sociais responsáveis pelos movimentos internos da população e também pelas migrações internacionais.

O panorama acima referido é significativo das relações entre os movimentos da população e os processos de desenvolvimento do território, da diversidade de aspectos de análise relativos a estes fenómenos e da necessidade da sua abordagem multidisciplinar. Tal facto exige não só um compromisso

entre as diferentes ciências sociais que tomam o homem como centro das suas preocupações e estudo, como ainda uma abordagem de natureza comparada que atenda às estratégias de desenvolvimento seguidas por Portugal e por Espanha, em relação aos territórios do centro da Europa e da sua periferia.

III. EMIGRAÇÃO

A análise da emigração portuguesa com as suas particularidades regionais e extensão, merece uma referência à situação sócio-económica do país e às causas que continuam a alimentar estas saídas. Trata-se de um fenómeno com raízes antigas relacionadas com a fragilidade dos “meios de subsistência” e com a “desordem crescente da economia nacional”, como assinalou O. MARTINS (1956), que encontra também em razões de natureza política, sobretudo nos anos mais próximos da segunda metade do século XX e para certos grupos etários, as suas causas imediatas.

Considerando a evolução deste fenómeno, realça-se a existência de diversos ritmos e significados distintos no que diz respeito à sua evolução e relação com as migrações internacionais. Os dados referidos nos QUADROS 1 e 2, dão uma perspectiva da evolução global deste movimento até aos finais dos anos noventa e seguintes.

Quadro 1 - Emigração portuguesa ^(*)

Anos 60									
00	01	02	03	04	05	06	07	08	09
32.318	33.526	33.539	39.519	55.646	89.056	120.239	92.502	80.452	70.165
Anos 70									
00	01	02	03	04	05	06	07	08	09
66.360	50.400	54.084	79.517	43.397	24.811	19.469	19.543	22.112	26.318
Anos 80									
00	01	02	03	04	05	06	07	08	09
25.207	23.147	17.135	13.680	13.963	14.944	13.690	16.228	18.302	
Anos 90									
00	01	02	03	04	05	06	07	08	09
39.322	33.171	29.104	22.559	29.066	36.935	22.196	28.080		

(*) Temporária e Permanente

FONTE: INE (*Estatísticas Demográficas*)

Assim e no que se refere ao seu contexto global, evocam-se as necessidades de mão-de-obra provocadas pela reconstrução e expansão das economias industriais europeias, com particular destaque para a França e a Alemanha, dois dos países mais atingidos por estes conflitos armados e que contribuíram fortemente para o acolhimento do emigrante português. Para além destes destinos, a emigração portuguesa veio a afirma-se ainda nos países do Benelux, com particular destaque para o Luxemburgo, na Suíça, em Andorra e na vizinha Espanha. Desde o início dos anos sessenta, estes destinos passaram a

substituir a tradicional “emigração transoceânica”, essencialmente para o Brasil.

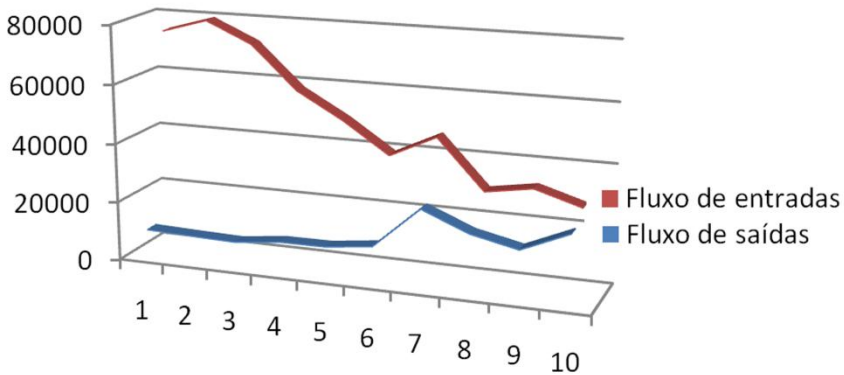
Quadro 2 - Emigração Permanente: 1992-2003

1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
22.324	15.562	7.845	8.516	9.598	7.254	7.935	4.077	5.762	8.813	6.687

FONTE: INE (*Estatísticas Demográficas*)

Depois de 1999, os dados do INE permitem conhecer a evolução global deste movimento, traduzido no respectivo fluxo de saídas que totalizaram cerca de 150 milhares de emigrantes entre 2001 e 2010 (FIGURA 1). Um movimento que se tem traduzido na procura de novos destinos dentro e fora do continente europeu e num acréscimo significativo de emigrantes qualificados e diplomados pelo ensino superior, que não encontram no país o seu local de trabalho.

Figura 1. Portugal: movimento comparativo dos fluxos de saídas e de entradas (2001 a 2010)



LEGENDA: 1 a 10 – anos de 2001 a 2010.

Fonte: INE (www.ine.pt, em 19JUN11)

Note-se que a maior intensidade destes movimentos repartiu-se pelas áreas densamente povoadas do noroeste do território, tal como acontecera durante séculos com a emigração brasileira e ainda pela região norte e centro do país. Algumas diferenças são notadas quanto à extensão das suas duas componentes principais: a migração transoceânica e a emigração intra-europeia. Quanto à primeira, notamos que as áreas mais atingidas foram os distritos de Porto, Braga, Viana do Castelo, Aveiro e Viseu. Tal distribuição tem a ver com a maior concentração demográfica, parcelamento da propriedade agrícola,

dimensão das famílias e forte tradição emigratória, sobretudo no que respeita à emigração brasileira.

A dimensão deste fenómeno nos distritos do centro do país, nomeadamente em Leiria e Coimbra, ou já do Sul, como Lisboa e sobretudo em Faro, regista emigrantes para diversos destinos que não só o Brasil. E se excepção houvesse, apenas os distritos do Alentejo mereciam uma referência especial pelo menor predomínio destas saídas. Nesta região a maior intensidade de saídas teve destino a França e sobretudo à Alemanha, o que se justifica pelas características sociais aqui dominantes em que os trabalhadores rurais, sem bens próprios, viram na corrente intra-europeia (emigração legal e clandestina) maiores facilidades do que na emigração transoceânica.

Este movimento atingiu igualmente os territórios da Madeira e dos Açores, embora nestas Regiões Autónomas as maiores preferências tenham sido, respectivamente, a África do Sul e a Venezuela no primeiro caso e os EUA e o Canadá, no segundo. Aqui, estes movimentos são justificados pela primeira saída de colonos e pescadores madeirenses para o continente africano ou pela fixação de pescadores açorianos na costa americana. Outros se seguiram.

Em relação à emigração intra-europeia, tendo em conta o seu carácter extensivo (de forma legal e clandestina) e a sua grande difusão depois da década de sessenta de Novecentos, podemos assinalar que ela atingiu todo o território nacional à excepção, apenas, dos Açores e da Madeira onde foi mais reduzida. Neste caso, apenas a Madeira merece uma referência pela maior atracção dos madeirenses pelo Reino Unido.

Esquecendo outras referências às causas destes movimentos, para além das razões de natureza económica já citadas, não podemos ficar indiferentes às suas consequências e efeitos na variação da população portuguesa durante as últimas décadas, condicionando as dinâmicas demográfica, económica e social, de várias regiões do continente. Para tanto torna-se necessário evocar os seus reflexos sobre a estrutura etária da população, facto que tem vindo a ser referido pelo acréscimo significativo do envelhecimento da população portuguesa e do seu índice de envelhecimento, que entre 2001 e 2010, passou de 104.2 para 120.1. Este um dos indicadores demográficos que põe igualmente em evidência as perdas registadas no saldo natural, positivo até 2006, mas em decréscimo praticamente desde então.

Para além destes aspectos devemos ainda realçar os mais diversos reflexos sociais e culturais que se traduziram na alteração de modos de vida, de convivência social e de relações inter-pessoais e os seus efeitos na economia re-

gional e nacional. Em muitas áreas do território a emigração foi responsável pela animação dos circuitos económicos locais e pela alteração significativa das matrizes de apropriação fundiária e de bens imobiliários, pela renovação do parque habitacional e pela animação dos circuitos comerciais de diferentes centros urbanos. Esta é a imagem que nos fica dos diversos centros urbanos afectados pela emigração, pelo regresso e pela ligação dos emigrantes às terras de origem.

IV. IMIGRAÇÃO

A presença de uma mão-de-obra estrangeira em Portugal, especialmente a africana, passou a ser uma constante depois do processo de descolonização e de independência das antigas colónias. Neste movimento participaram inicialmente os “retornados” nacionais, aos quais se juntaram em grande número os naturais dos territórios até então sob administração portuguesa.

Quadro 3 - População estrangeira (1981-1991)

População total (Continente)	9.336.760	9.862.540
Nacionais	8.956.233	9.705.998
Estrangeiros	380.527	106.519
Angola	154.324	9.365
Moçambique	76.357	3.172
Outras ex-colónias	38.519	20.870

FONTE: SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (*Relatório Anual - 2009*)

Bastante significativa em várias regiões do país a presença da população estrangeira, que desde a segunda metade do século passado esteve também ligada ao desenvolvimento do fenómeno turístico, particularmente na linha do Estoril e no Algarve, aumentou de forma constante sobretudo depois da adesão de Portugal à Europa comunitária.

A importância crescente deste movimento é comprovado pela evolução da população estrangeira em Portugal quando da realização dos censos desde o início dos anos oitenta (QUADRO 3). A partir de então, uma das marcas mais significativas deste movimento é o seu contínuo crescimento, particularmente significativo no decurso da década passada (QUADRO 4).

Quanto à sua distribuição no território é de acentuar que a grande maioria destes indivíduos, sobretudo os africanos, fixaram-se na cintura industrial de Lisboa, nos distritos de Lisboa e em Setúbal. Em menor percentagem em Faro, no Porto e em Aveiro. Em oposição a estes, a população europeia, em particular os europeus (ingleses e alemães), distribuem-se particularmente na área do distrito de Lisboa e no sul do território, no Algarve. De notar os diferentes aspectos de vida desta população, que tem encontrado na legislação

portuguesa formas de acolhimento e de legalização diferenciadas, fazendo assim variar o seu número e evolução no tempo.

Quadro 4 - Estrangeiros residentes em Portugal (2002-2009)

Ucrânia	62 041	52 293
Cabo Verde	60 368	48 845
Brasil	59 950	116 220
Angola	32 182	25 557
Guiné-Bissau	23 349	22 945
Moldávia	12 155	20 773
Roménia	10 938	32 457
Total UE	66 002	94 157
Total de Est. Resid.	238 746	454 191

NOTA: inclui detentores de autorização de residência e permanência (2001 e 2002)

FONTES: SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (*Relatório Anual – 2002 e 2009*)

Estas situações permitem notar as alterações registadas nos movimentos da população em Portugal, país que passou a constituir para os cidadãos de várias nacionalidades, que não só os africanos e outros cidadãos asiáticos, sul-americanos e não só, um destino privilegiado para residência ou para alimentar novos movimentos de saída com destino à EU27 ou para outros países.

Este o panorama relativo à importância crescente da população estrangeira em Portugal registado desde os anos setenta, que contrasta com a imagem construída durante as décadas precedentes em que a mobilidade da população portuguesa ficou assinalada pelo fenómeno maciço da emigração. Para tanto terão contribuído não só a alteração dos movimentos internacionais de mão-de-obra, mas ainda a mudança do regime político em Portugal e noutros países ligados à administração portuguesa. Estas situações têm levado muitos dos seus habitantes a escolher o nosso território como lugar de trabalho e de refúgio, como o atestam os muitos pedidos de asilo apresentados às autoridades nacionais. Da mesma forma as perspectivas de abertura da sociedade portuguesa decorrentes da integração na União Europeia acabaram por induzir novas chegadas, especialmente de brasileiros. Neste caso beneficiando do estatuto de dupla-nacionalidade ou de outras situações, são muitos que aguardam melhores oportunidades de trabalho no país ou mesmo a sua entrada na Europa Comunitária.

Estes processos vieram testemunhar o aparecimento de um novo pólo de imigração na Europa meridional, contrariando desta forma o modelo tradicional do centro-periferia que se acentuou durante o terceiro quartel de No-

vecentos, decorrente do desenvolvimento dos países industrializados da Europa ocidental. De facto, dada a situação de Portugal no seio da Europa e a sua relação com o mundo mediterrâneo, o registo das migrações subsarianas em território português e, sobretudo, na vizinha Espanha, são um reflexo das enormes assimetrias de crescimento económico e de desenvolvimento humano registadas no continente europeu e nos territórios vizinhos de África e da Ásia. A sua amplitude e evolução levam, por isso, à necessidade de uma leitura mais atenta da sua evolução e crescimento futuro, tendo em conta os princípios basilares do equilíbrio cultural e civilizacional, natural e ambiental, que estes movimentos estão a causar no seio da sociedade europeia, há muito envelhecida, face aos outros contextos geográficos identificados por uma população jovem e adulta, carente de bens básicos fundamentais e da procura de condições humanas dignas da sua existência.

V. NOTA FINAL

A análise dos fenómenos migratórios em Portugal realça a sua antiguidade e distribuição diferenciada pelo território, sinais reveladores das assimetrias de desenvolvimento sócio-económico e cultural dominante no nosso país. Assim, tendo por base o estudo, já antigo, de CALDAS e LOUREIRO (1966) relativo ao traçado das regiões homogéneas em Portugal, tais desequilíbrios são facilmente identificados por indicadores relativos ao sistema económico, à população e ao bem-estar, considerado este “como resultado do funcionamento dos sistemas económicos regionais” (*ob. cit.*, 183). A análise realizada por estes autores relativo ao início do processo de desenvolvimento contemporâneo da nossa sociedade, iniciado na década de 1950-1960, mostra a existência de diversas regiões homogéneas no continente português, reveladoras de desequilíbrios internos, seguindo um traçado longitudinal e uma transição gradual do litoral para o interior ou seja, “uma configuração territorial própria de economias de faixa orientadas segundo eixos norte-sul” (*op. cit.*, 146).

A referência a outros trabalhos da época, nomeadamente o do CEP (1977), atesta a manutenção de condições de vida semelhantes, o peso dos serviços e o grau de urbanização (os que melhor se coadunam com a “hierarquização do desenvolvimento”, que continuam a mostrar a dicotomia existente entre a faixa litoral, compreendida entre os concelhos de Setúbal e Viana do Castelo e o resto do continente (*ob. cit.*, 18). No final dos anos setenta, aproximadamente 4/5 dos concelhos do continente encontravam-se num nível de desenvolvimento inferior ao do continente, tomado no seu conjunto, o que fazia transparecer, a hierarquização de diferentes níveis segundo a mesma linha norte-sul, a partir das regiões fronteiriças do interior.

Esta situação adequa-se à extensão dos fenómenos migratórios em solo português nas áreas mais repulsivas do continente, em simultâneo as que oferecem menores condições de emprego e de crescimento económico. Tal facto continua a alimentar a evolução simultânea da “desertificação” do interior (NAZARETH, 1988.b) e da “litoralização” do continente português. Estes aspectos, que perduram na actualidade, dão origem a uma imagem desarticulada do território português, como o demonstrou o estudo de MARQUES (2004), que mostra a persistência de diversas assimetrias espaciais reveladoras dos movimentos da população em direcção aos principais centros e áreas metropolitanas e às principais bacias de emprego onde se situam outras oportunidades laborais.

Não sendo a sua distribuição uniforme, justifica-se o recurso à descrição de SEDAS NUNES (1964) quando assinalou “ao redor de restritas áreas de economia e sociedade moderna se mantêm toda uma vasta zona de economia e sociedade tradicional”. Tal faz-nos afirmar que a sociedade portuguesa continua a registar um carácter “dualista” na qual se inscrevem, com densidade diferente: o “êxodo rural” e a “emigração”, tidos como fenómenos indicadores das diferentes vagas de uma antiga e conhecida “hemorragia social”, que continua a afectar a sociedade portuguesa.

A concluir assinalamos que, mais do que a constatação da dualidade: norte-sul; litoral-interior, assentes em contrastes resultantes dos factores climáticos, da natureza, do relevo do solo, da cobertura vegetal, do tipo de povoamento e das actividades predominantes, esta situação advém do tipo de aproveitamento dos recursos, nomeadamente dos recursos humanos e das suas potencialidades, os quais permitem identificar os desequilíbrios internos do continente português expressos nos movimentos migratórios. No seu conjunto, estes movimentos expressam a litoralização progressiva do continente, em detrimento dos contrastes geográficos mais antigos que identificam tradicionalmente a terra portuguesa. Por outro lado, comprovam a falência das iniciativas de desenvolvimento regional as quais, apesar do seu enquadramento em diversos programas de acção de índole comunitária, não conseguiram ultrapassar o determinismo relacionado com as condições naturais ligadas à escassez de recursos e às formas de aproveitamento impostas pela civilização mediterrânica (RIBEIRO, 1945).

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, A. (1964): «Êxodo rural e atracção urbana no continente», *Análise Social*. 7-8, 511-573.
- ARROTEIA, J. C. (1986): *Ensaio tipológico dos movimentos migratórios portugueses*. Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas - Centro de Estudos.

- ARROTEIA, J. C. (2007): *A população portuguesa: memória e contexto para a acção educativa*. Aveiro, Universidade de Aveiro.
- BAPTISTA, J.M. e MONIZ, F. J. C. (1985): *Migrações internas. Algumas observações a partir dos fluxos inter-regionais no período de 1973-1981*. Lisboa, Instituto de Análise, Conjuntura e Estudos de Planeamento (Estudos Urbanos e Regionais, nº. 34).
- BRUNDTLAND, G. H. (1987): *Our common future*. New York, ONU-CCCAD.
- C.E.P. (1977) – *Desequilíbrios Regionais*. Lisboa, Centro de Estudos de Planeamento (Estudos Urbanos e Regionais, nº 13).
- CALDAS, E. C. e LOUREIRO, M. S. (1966): *Regiões homogéneas no Continente português*. Lisboa, C.E.E.A. – Fundação Calouste Gulbenkian.
- GIRÃO, A. de A. (1941): *Geografia de Portugal*. Porto, Portucalense Editora.
- GIRÃO, A.A. e VELHO, F. O.L (1948): «Migrações internas - 1890-1940». In: *Estudos da população portuguesa III*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos - Faculdade de Letras.
- ISNARD, H. (1982): *O espaço geográfico*. Coimbra, Livraria Almedina.
- MARQUES, A. H. de O. (1976): *História de Portugal*. Lisboa, Palas Editores.
- MARQUES, T. S. (2004): *Portugal na transição do século: retratos e dinâmicas territoriais*. Porto, Edições Afrontamento.
- MARTINS, O. (1956): «A emigração portuguesa», em *Fomento rural e emigração*. Lisboa, Guimarães Editores.
- NAZARETH, J. M. (1988-a): *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*. Lisboa, Editorial Presença.
- NAZARETH, J. M. (1988-b): *Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX*. (Vol. III de: *Portugal - os próximos 20 anos*). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- NUNES, A. S. (1964): «Portugal, sociedade dualista em evolução», *Análise Social*.7-8, 407-462.
- RIBEIRO, O. (1945): *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- RIBEIRO, O. (1955): *Geografía de España y Portugal - Tomo V - Portugal*. Barcelona, Montaner y Simón, S. A.
- S.E.F. (2009): *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo – 2009*. Lisboa, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- SOUSA, F. (Dir.) (2008): *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto, Edições Afrontamento.